

INTRODUÇÃO

Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, romancista, historiador, jornalista e poeta romântico português (1810-1877), revela maestria na criação de *O bobo* (1997), publicado pela primeira vez em 1843, um romance histórico “produto do nacionalismo romântico” (Anderson, 2007, p. 208). Inspirado nos romances de Walter Scott e de Victor Hugo, trata-se também da tentativa de reconstituir uma ideia de nacionalidade portuguesa, na época, em decadência. De acordo com Antônio José Saraiva (1966 *apud* Veigas *et al.*, 2014, p. 257):

Seguindo os criadores do gênero [romance histórico], Herculano pretende, nos seus contos, narrativas e novelas evocar uma Idade Média pitoresca, cheia de contrastes, povoada de homens de feições salientes e capazes de grandes paixões – em contraste com o amaneiramento palaciano do classicismo ou com a vulgaridade cinzenta dos tempos modernos. E também uma Idade Média de liberdade e de particularismos, origem das nacionalidades modernas – em contraste com o nivelamento e a centralização impostas pelo absolutismo monárquico.

Ambientado no século XII, o romance aborda os antecedentes da independência portuguesa, ou seja, a Batalha de São Mamede, ocorrida em 1128, época da constituição de Portugal. Essa obra literário-histórica conta com 168 páginas e é composta por 15 capítulos e 1 adendo. Nela, é apresentada uma dupla intriga: a política, associada a um momento decisivo para a formação do país independente, e a amorosa, com relação à dama inspiradora de paixão nos cavaleiros. Neste artigo, será dado enfoque à primeira.

A intriga política centra-se na disputa pelo poder, no Condado Portucalense, entre a rainha D. Theresa e seu marido atual, Fernando Peres de Trava (Conde de Trava), *versus* D. Afonso Henriques, filho de D. Henrique de Borgonha (falecido) e de D. Theresa. Essa disputa resultará na vitória dos partidários do jovem infante, na Batalha de São Mamede (1128). Muitos historiadores portugueses consideram essa Batalha como o momento determinante para o nascimento de Portugal, pois possibilitou a tomada do poder por D. Afonso Henriques, o prosseguimento da política independentista face ao Reino de Leão e Castela e a estratégia

expansionista do território. Tal trama, como se percebe, representa uma tentativa ufanista e utópica de preservar e elevar o sentimento nacionalista que outrora fez de Portugal uma nação grandiosa.

Tendo no castelo de Guimarães (reduto de D. Theresa e seus aliados) o símbolo da força da nacionalidade portuguesa, Alexandre Herculano eleva esse espaço à condição de um personagem do seu romance, símbolo da glória e da autonomia portuguesa, considerando o fato de o país não se sujeitar ao domínio espanhol. Apesar de toda a seriedade que a caracteriza, devido à sua temática histórica entremeada à ficção, a obra é irreverente porque o grande herói do romance não é o rei D. Afonso Henriques – este, na verdade, um personagem coadjuvante –, mas o astuto Dom Bibas, o bobo da corte do castelo. Esse personagem ficcional é primordial para a derrota do Conde de Trava e para o alcance da supremacia portuguesa. Assim, será abordada a forma irônica na qual o bobo se refere aos seus senhores, dizendo verdades brincando e, de modo oposto, será apresentada toda a mágoa de Dom Bibas, que após ter seu corpo fisicamente castigado por açoites e sofrer humilhações por ordem do Conde de Trava, trama de forma inteligente e metódica sua vingança.

O BOBO E O DESTINO DE PORTUGAL

Em *O bobo* (1997), o truão é o protagonista e mantém a função original do bobo medieval, tão bem explicada por Bakhtin (1987) e Minois (2003): o riso convertido em crítica, capaz de desestabilizar a ordem e revelar a miséria moral da corte e do Clero (poderio religioso à época).

Ao longo do texto, com uma das principais características do romance histórico, as representações de personagens “reais” e personagens fictícios se encontram, gerando as duas intrigas mencionadas, isto é, dois núcleos, que se entrecruzam no desenrolar dos acontecimentos. Ademais, há no romance histórico em estudo a distância de muitos séculos entre o tempo da narrativa “real” e o tempo da escrita “ficcional” – nos moldes, por exemplo, dos já citados romances scottianos – como elemento de composição do romance histórico, um aspecto datado da teoria de Lukács (2011, p. 73):

Sem uma relação experienciável com o presente, a figuração da história é impossível. Mas, na verdadeira grande arte histórica, essa relação consiste não em referências a acontecimentos contemporâneos [...] mas

na revivificação do passado como pré-história do presente, na vivificação daquelas forças históricas, sociais e humanas que, no longo desenvolvimento de nossa vida atual, conformaram-na e tornaram-na aquilo que ela é, aquilo que nós mesmos vivemos.

Dessarte, o historiador indica que tal procedimento está associado à concepção de “passado como pré-história do presente”, na qual é sublinhada a materialização das forças históricas responsáveis pela experiência da vida cotidiana do passado ficcionalizado no presente do romance. Assim, simultaneamente, Herculano oferece ao leitor – por meio de um narrador em terceira pessoa – o melhor do amor romântico, bem como consegue alavancar um dos seus grandes projetos nacionalistas: levar ao conhecimento da burguesia como foi a história dos portugueses, com a finalidade de livrá-la da ignorância política e cultural.

Após traçar, no primeiro capítulo do livro, um panorama histórico, para ambientar o leitor no tempo da trama, o narrador, no capítulo seguinte, revela uma intensa pesquisa historiográfica a respeito dos bobos da corte. A partir daí, o leitor se depara com a descrição de Dom Bibas, no capítulo II:

E não era lá nenhum grande homem: era um vulto de pouco mais de quatro pés de altura; feio como um judeu; barrigudo como um cônego de Toledo, imundo como a consciência do célebre arcebispo Gelmires; e insolente como um vilão de beetria. Chamava-se de seu nome Dom Bibas. Oblato do mosteiro de D. Muma, quando chegou à idade, que se diz da razão, por ser a das grandes loucuras, achou que não era feito para ele o remanso da vida monástica. Atirou às malvas o hábito, a que desde o berço o tinham condenado: e, ao cruzar a porta do ascetério, escarrou ali em peso o latim com que os monges começavam a empeçonhentar-lhe o espírito (Herculano, 1997, p. 23).

Interessante notar como Dom Bibas – a quem o título de “Dom” atribui ares de fidalgo – renuncia, desafortadamente, à vida monástica. Amaldiçoa o monastério, em hebraico, gritando ao porteiro “*racca maranatha*”, expressão que significa “amaldiçoar, rogar praga”, e desaparece de lá para nunca mais voltar. Passa a viver entre a miséria e a fartura, numa típica malandragem que, com o tempo, lhe permitiu adquirir características de artista de rua.

Bastante conhecido e com a chegada do Conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques, em Guimarães, no passado, havia a necessidade tradicional de se manter um bobo da corte. O trazido de Borgonha morrera

Tlão, tlão, tlão!
E por isso haver quer uma
Dom bulrão.
A Dulce
É bela
Donzela;
Mas flor de aleli
Não é para ti.
Kyrieleison.
Kyrieleison.
Requien aeternam dona eis
Et lux luceat eis. (Herculano, 1997, p. 45).

As ofensas se dirigiam primeiro ao Conde de Trava, o “parvo aragonês”, o tolo espanhol (da região de Aragão). É, novamente, perceptível o olhar xenófobo de Dom Bibas, tal como ocorreu com Martim Eicha, no horário do sarau. O bobo afirma que as mulheres portuguesas são belas – como D. Theresa – daí o interesse de Fernando Peres – “Dom bulrão” (fidalgo trapaceiro) – e o aconselha a buscar uma donzela em seu próprio país, deixando o futuro Portugal para os portugueses.

Dom Bibas assume, então, a vontade popular: deseja ver, ao lado de D. Theresa, um rei filho da própria terra. Como tal, de acordo com a narrativa, não foi possível assumir o trono aquele a quem a coroa lhe era de direito, o infante D. Afonso Henriques. O bobo assume claramente sua posição, externando-a ao próprio Conde de Trava, sem demonstrar um mínimo de temor ao afrontar o poder real.

Na sequência, suas troças são dirigidas a Garcia Bermudes, também de origem espanhola, enamorado por Dulce (protegida da rainha), mas sendo dono de seu coração o jovem Egas Moniz, militar partidário de Afonso Henriques. Garcia era aliado do Conde de Trava, que mais tarde lhe confere o título de alferes, hoje correspondente, na hierarquia militar, à patente de segundo tenente. Tal ação, por parte de Fernando Peres, demonstrava a profunda admiração e confiança depositada por ele em Garcia.

A donzela de D. Theresa, “flor de aleli”, como denominou o truão, isto é, flor bela e frágil, nunca seria para o cavaleiro. Repudiando também o poderio militar, Dom Bibas, num gesto extremamente debochado, aterrorizava Garcia ao proferir a aclamação da primeira parte da liturgia da missa, “*Kyrieleison*” (“Senhor, tende piedade”), seguida de “*Requien aeternam dona eis / Et lux luceat eis*” (“Dá-lhes, Senhor, o repouso eterno / E

cavaliços, até que o sangue lhe brote das costas, como da língua vilíssima lhe brotam insolências alheias (Herculano, 1997, p. 61).

O bobo pediu piedade a todos os presentes. Todavia, tanto Fernando Peres como Garcia Bermudes se afastaram do local. Os donzéis – cavaleiros armados – obedeceram à ordem do seu senhor:

Estes, de feito, tinham posto mãos violentas no roliço vulto do respeitável Dom Bibas e, travando-lhe cada qual do seu braço, se assemelhavam a dois mastins pouco dispostos a largar a preá. O bufão com voz truncada de soluços acorreu-se então à tênue e inútil esperança que lhe restava.

– Assassinos, malditos, deixai-me! – gritou ele dando um empurrão aos dois mancebos que levou após si. E, agarrando-se à garnacha de Martim Eicha com toda a ânsia de susto e da desesperação, começou uma ladainha de súplicas:

– Boníssimo e reverendíssimo senhor capelão-mor, que vossa virtuosa reverência valha a um miserável jogral, que a terra de ante vossos pés beija! É dos caridosos e de grande coração perdoar aos que os ofenderam. Eu tenho pecado contra vós. *Peccavi!* Estou contrito. *Contritus sum!* Pedi por mim, santíssimo e venerabilíssimo padre. Ninguém me incitou para dizer o que disse. Foi o diabo que me tentou. *Abrenúncio!*... Podeis asseverá-lo a meu ilustre senhor, o nobre conde de Trava!... (Herculano, 1997, p. 62).

Ao pedir clemência para quem seria sua última esperança, Dom Bibas continua sendo debochado e irônico. Utiliza-se de adjetivos, no grau superlativo absoluto sintético, como “boníssimo” e “reverendíssimo”, para elevar as qualidades morais do padre; porém, na verdade, o desprezava. Ademais, mistura à sua fala, termos em latim: “*peccavi*”, para confessar que havia pecado; “*contritus sum*”, a fim de se dizer arrependido; “*abrenúncio*”, com a intenção de pedir a Deus o livramento, expressão equivalente a “Deus me livre!”. Por fim, como se pressentisse o castigo, alega ter sido o diabo que o tentou a dizer tais disparates.

Não obstante o desespero diante da aproximação de sua penitência, a súplica de Dom Bibas é bastante engraçada, porque, ainda em uma situação repleta de pavor, o truão não se nega a lançar mão de sua costumeira zombaria. O leitor já poderia prever que Martim Eicha não perderia a chance de se vingar, respondendo ao bobo, em tom escarnecedor, que o castigo era, muitas vezes, o caminho para o arrependimento. E termina aconselhando o truão a aprender a se resignar.

O histrião termina o capítulo VI do romance dirigindo-se a Martim Eicha, pedindo-lhe ajuda. Este ri debochadamente, como a se vingar dos gracejos do histrião, que cerra os punhos e esbraveja. Dom Bibas se retira escoltado e, na sequência, gritos dolorosos são escutados. O texto propicia ao leitor imaginar o que de fato aconteceu com o bobo. Posto isso, não é de se estranhar que ele tenha desaparecido do romance, durante quatro (4) capítulos; somente retorna no capítulo XII, intitulado “O subterrâneo”, cujo substantivo revela um esconderijo. Sumido, o histrião estaria dando vida ao seu projeto de vingança contra os estrangeiros espanhóis responsáveis pelo seu açoite e sua ridicularização.

Nesse hiato quanto à presença do truão, os acontecimentos se restringem às duas intrigas apontadas e analisadas: a disputa pelo amor de Dulce, por parte de Garcia Bermudes e de Egas Moniz; o desespero de Fernando Peres em conquistar e manter aliados *versus* os esforços dos aliados do infante em cercar o burgo, em especial o castelo de Guimarães.

Nesse íterim, numa conversa entre Gonçalo Mendes, o Lidador, e Frei Hilarião, o abade do Mosteiro de D. Muma, na fortaleza do castelo de Guimarães, surge, como num ato mágico – tão comum nos romances românticos (ufanistas) – o bobo Dom Bibas. O Lidador e o abade teciam inúmeros comentários a respeito de uma possível invasão dos aliados de D. Afonso Henriques, principalmente quanto a uma rota de fuga, naquele momento em que o burgo se via tomado pelos homens do Conde de Trava. Nesse diálogo às escondidas, na escuridão da noite, seu riso rompe as trevas da noite. “O monge, o cavaleiro e todos os habitantes dos paços de Guimarães haviam-se completa e profundamente esquecido do truão, como por ventura terá acontecido a mais de um de nossos leitores” (Herculano, 1997, p. 99).

Diante do susto tomado pelos dois cúmplices, o Lidador reage com ira, pronto a desferir um golpe de punhal, quando Dom Bibas responde, em tom escarecedor:

Não gasteis comigo, nobre senhor, a única moeda com que vós outros, os poderosos, comprais não só o silêncio, mas tudo aquilo de que careceis para satisfazer paixões brutais. Se eu quisesse delatar o que vos ouvi, não fora tão louco que vos falasse (Herculano, 1997, p. 100-101).

Frei Hilarião, diferentemente de Martim Eicha, no episódio anterior ao castigo dos açoites, sai em defesa do bobo, assegurando conhecer um

meio de fuga capaz de permitir ao Lidador sair da fortaleza e anuir a entrada de D. Afonso Henriques e seus homens. O abade pede ao truão uma prova de seu intento, já que este era um simples parvo, humilhado e fraco.

Assim, Dom Bibas admite a fraqueza de seu corpo, pois não conseguiu se desvencilhar dos açoites dos carrascos, e também por trazer o coração em tristeza profunda, diante do castigo sofrido. No entanto, ele não era um homem vil, manteria sua dignidade, comparando-se a uma víbora que, diante do homem, pode parecer fraca e ele forte; quando pisada, ela revida e pica, passando por cima do cadáver do homem, outrora, sinônimo de fortaleza.

O Lidador e Dom Muma ouviam pasmados as palavras do bobo, repletas de ódio e de desespero. Com uma lanterna na mão, como uma metáfora de alguém iluminando o caminho dos aliados do infante, Dom Bibas se expressava com tanto ardor que deixou atônitos o frei e o cavaleiro e, como esse segurava o braço do truão, impedindo-o de se movimentar, logo o soltou.

Devido à fala do bobo, Gonçalo se convence da verdade em suas palavras e se despede, dizendo ter pressa em se desvencilhar da presença do frade, pois a palestra dos dois, no escuro, poderia ser alvo de suspeitas. Sua partida é impedida por Dom Bibas, que segura em sua roupa e lhe diz:

Não saireis sem me ouvirdes! – exclamou o bufão. – Quando os sisudos traçam, como vós, impossíveis, importa que os loucos tenham juízo por eles. Os vossos intentos são vãos; porque antes da madrugada vinte homens de armas da terra da Maia terão sido arrastados aos calabouços deste castelo, e talvez a cabeça de ilustre rico-homem tenha rolado aos pés do algoz. Certo cavaleiro, que há pouco trajava um zorame, deve, se cair nas mãos do conde de Trava, acompanhar o nobre senhor neste transe que o aguarda. O cavaleiro do zorame chama-se Egas Moniz, e o rico-homem chama-se Gonçalo Mendes da Maia (Herculano, 1997, p. 101).

Dom Bibas demonstra conhecer os planos do Lidador e de seu aliado, Egas Moniz, o amado de Dulce. Soube que este se escondera numa vestimenta moura, cujo capuz lhe deixava irreconhecível e tinha conhecimento também dos planos do estrangeiro Fernando Peres. Por fim o Lidador, não encontrando respostas para que um simples bobo da corte pudesse ser tão perspicaz, ouviu as explicações de Dom Bibas.

Ensanguentado e em lágrimas, irado e rolando no chão com os punhos cerrados, o truão procurava um meio de se vingar:

Todo o fel, que o rir forçado de tanto tempo lhe fizera, por assim dizer, absorver e calcar no coração, achou enfim um resfolegadouro no ódio implacável que a dolorosa e terrível afronta recebida lhe gerara lá dentro. O pensamento de vingança alcançara o que não haviam obtido as lágrimas: Dom Bibas sentia agora que ainda havia para ele consolação e esperança (Herculano, 1997, p. 103).

Foi nesse momento que Dom Bibas despiu as vestes de bobo e vestiu um traje de escudeiro, indo até o paço onde, dias antes, se realizava já referido banquete. No meio de tantas pessoas, ninguém o reconheceu, e Dom Bibas pensava que no fim da noite, com todos embriagados, seria mais fácil realizar seu desejo. Cogitava em apunhalar o Conde ou envenenar a taça onde este bebia. Logo, perdido em seus pensamentos, viu a rainha sair do local e entrar Garcia Bermudes, o alferes, tendo se escondido embaixo do enorme forro de mesa que se estendia até o chão. Foi entre as lembranças do açoite e o desvario da vingança próxima que o histrião conseguiu ter acesso aos planos do Conde.

Diante da trama de Fernando Peres que, desconfiando de uma traição de cavaleiros e ricos-homens, mandara cercar todo o burgo no intuito de identificar e matar os traidores, entre ele o Lidador e Egas, Dom Bibas toma consciência de sua importância para mudar o resultado do plano do espanhol:

e era ele vilão humilde, ele jogral, ele verme desprezível que o mui nobre conde crera esmagar num momento de cólera, quem podia entregar Guimarães ao infante e despedaçar nas mãos do ambicioso e altivo barão não só o poder, mas a vida. Dom Bibas esteve a ponto de soltar um rugido de contentamento ao ocorrer-lhe essa ideia, e um clarão de danada esperança alumiu as trevas de sua alma (Herculano, 1997, p. 103).

O contentamento de Dom Bibas se evidencia também porque ele revive as dores sentidas na ocasião da morte de Dom Henrique, o primeiro marido de D. Theresa, pai de Afonso Henriques. Acostumado com o palco das festas da corte, onde reinava como imperador, só não foi deposto de sua função de bobo real porque não havia quem o substituísse. Foi obrigado a se mudar para um aposentado úmido e escuro onde, isolado,

Condado de Portugal se posicionavam a favor de Dom Henriques.

Encontrando-se com Dom Henriques, Gonçalo Mendes da Maia relata sua fuga do castelo de Guimarães e a valiosa contribuição de Dom Bibas nesse intento. Diz-lhe também que o bobo fez com saíssem da fortaleza, em segurança, os vinte cavaleiros do Lidador.

Os acontecimentos seguintes contam sobre o casamento forçado de Dulce com Garcia Bermudes, com intenção de satisfazer a ordem do Conde de Trava. Egas Moniz havia sido pego e estava preso na masmorra da fortaleza de Guimarães. Fernando Peres havia proposto o casamento em troca da liberdade de Egas mentira e estava preparando a morte do amado de Dulce, por enforcamento. Como era de praxe, aos condenados era enviado um padre para lhes dar a extrema-unção. Nesse momento da narrativa, se percebe novamente a astúcia de Dom Bibas, a quem servira muito bem o hábito que havia sido do Frei Hilarião.

Habilmente, vestido com o traje monástico, o bobo adentrou a masmorra, e disse palavras em latim, com voz grossa e num tom solene, para que os soldados os ouvissem: “– Dominus salvationem notratibus”, ou seja, “O Senhor é a vossa salvação”. Em seguida, apresentou-se ao prisioneiro dizendo ter sido enviado pelo “nobre” Conde de Trava para lhe ouvir a confissão. Puxando Egas pelo braço, o truão baixou o capuz e se mostrou a face: “– Não me conheces, Egas? Não te lembras de Dom Bibas, do jogral galhardo, com que brincavas na tua infância? Ingrato, que te esqueceste de mim” (Herculano, 1997, p. 139).

Incrédulo, Egas não entendeu como poderia sair daquela prisão. No mais, sabendo do casamento de Dulce com o alferes, não via mais motivos para a sua existência. É Dom Bibas quem o dissuade, fazendo-o crer que pelo menos, poderia viver para se vingar de Garcia.

Sob o delírio da emoção de Dom Bibas ao falar da vingança, Egas, convencido, decide partir. O histrião despe o hábito, trocando-o pela roupa do prisioneiro. Antes de quedar tranquilamente na cela, pede para Egas não colocar a cabeça em risco em vão, porque no outro dia o Lidador, Gonçalo Mendes, iria salvá-lo, e isso realmente aconteceu adiante. Nesse momento, a sós naquele cubículo escuro, olhando o céu proferiu as seguintes palavras:

– Aragonês, aí te envio o meu vingador! Conde de Trava, não tarda Gonçalo Mendes! Um castelo por vinte açoites! O truão é mais generoso que tu. Oh, oh!...

E desatara a rir (Herculano 1997, p. 140).

Nota-se que o riso provocado pelo truão é, na maioria das vezes, permeado pelo próprio medo – no caso, um medo relacionado à verdade relevada por ele. Como bem pontuou Minois (2003), uma verdade dolorosa, incapaz de passar despercebida para quem, como o bobo, conseguia ter sobriedade em meio ao caos. Em decorrência desses fatores, o ato de rir desafia o poder e se coloca como resistência, conquanto frente à tortura. Enfim, a violência sofrida por Dom Bibas alimentou ainda seu desejo de vingança e, terminada a narrativa, sua gargalhada de desforra também expressou alívio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dom Bibas representa, alegoricamente, todos os oprimidos de Guimarães, as pessoas humilhadas, os verdadeiros portugueses, aqueles oprimidos pelo domínio espanhol e desejosos de dele se libertarem. Com essa passagem, o autor do romance quis demonstrar que, na ausência da ação desse povo, um personagem agiu por ele, como faz o coringa do baralho, que funciona como um trunfo,

O Bobo da Corte é o arquétipo mais útil para se lidar com os absurdos do mundo moderno e com as burocracias anônimas e amorfas de hoje, em parte porque ele vê todas as coisas com leveza e em parte porque sua maior felicidade é quebrar regras (Mark; Pearson, 2003, p. 205).

Desafiando o poder do rei através do riso, este vai mudando de tom ao longo da narrativa. O que era riso de galhofa, apesar das péssimas condições de vida enfrentadas pelo bufão quando longe do palco – pois seu destino muito piorara durante o governo de Fernando Peres – torna-se gargalhada de vingança, desesperada, sedenta pela desforra. Já não havia mais lugar para o medo, porque esse já lhe confrontara. A violência sofrida pelo açoite e a humilhação a que a situação o expôs levou Dom Bibas à perda momentânea de sua dignidade de bobo oficial do Condado português.

O riso, então, ultrapassa o medo e a dor da tortura e se torna um meio de resistência à punição. Os açoites sofridos por Dom Bibas deveriam inspirar neste medo, conquanto seriam uma lição por desafiar o poder monárquico, ato comum da parte dos truões. No entanto, Fernando Peres, o estrangeiro, por se sentir traído por parte do seu povo e tendo a posse de

estratégico, um rei foi derrubado – o Conde de Trava – no intuito de ser elevado ao trono do Condado Portucalense, D. Afonso Henriques – um nativo português, para o povo, o verdadeiro herdeiro do trono, filho do rei D. Henrique de Borgonha e de D. Theresa. Lukács (2011) considera que o romance histórico é subgênero do romance, distinguindo-se dele tão somente quanto às suas raízes históricas, até mesmo porque, assim como o romance, preserva sua origem popular tensionada pelas grandes revoluções europeias ocorridas no século XVIII.

Assim, na narrativa, não ocorre uma simples repetição de relatos – até mesmo porque um bobo, dada sua função na corte, não poderia mudar tão profundamente os rumos da história. É evidente que, bem como os heróis de Walter Scott, Herculano não destaca, em seu romance, as grandes figuras históricas, porque disso a historiografia já se ocupa, tão somente centra-se nos anônimos personagens alheios aos grandes feitos nacionais. Sua especificidade e notoriedade, e por que não dizer “galhofa”, está em romanciar a história passada, inclusive seus momentos decisivos – no caso, a Batalha de São Mamede – e colocar nas mãos de Dom Bibas – ironicamente – a responsabilidade pela independência portuguesa, derrotando os espanhóis. O truão alcança uma dupla vitória: consegue salvar o condado portucalense dos espanhóis e ainda vingá-se de seu algoz, o Conde de Trava.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. “Trajetos de uma forma literária”. Trad. Milton Ohata. *Novos Estudos* 77, p. 205-220, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/XRts7vvR3XZ6xb8KygWqtDn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Consultoria da edição brasileira, Danilo Marcondes. Trad. Desidério Murcho. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRAGA, Bya. “Figuras Bufônicas: cultura material de ator e outros bichos”. In: BRAGA, Bya; TONEZZI, José (orgs.). *O bufão e suas artes: Artesania, disfunção e soberania*. Jundiaí: Paco, 2017. p. 55-100.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal: desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Afonso III*. Tomo II. 8. ed. Lisboa: Livraria Aillaud & Bertrand, 1875.
- HERCULANO, Alexandre. *O bobo*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARK, Margaret; PEARSON, Carol S. *O herói e o fora-da-lei: como construir marcas extraordinárias usando o poder dos arquétipos*. Trad. Merle Scoss. São Paulo: Cultrix, 2003.
- MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Trad. Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: UNESP, 2003.
- PELLEGRINO, Hélio. *Brasil: nunca mais*. São Paulo: Vozes, 1996.
- SOUZA, José Pedro G.; GARCIA, Clovis L.; CARVALHO, José F. T. *Dicionário de Política*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1998.
- VEIGAS, Ana; LOURENÇO, Carla; CAETANO, Carlos; BARATA, João. *Dossiê temático-pedagógico sobre a figura e a obra de António José Saraiva (1917-1993)*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2014. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/xv005xn>. Acesso em: 14 out. 2021.

Recebido em 8 de janeiro de 2024

Aprovado em 5 de novembro de 2024

Licença: 

Arlene Rosa Eustáquio

Doutora em Estudos Literários, Mestra em Teoria Literária e Graduada em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora de Português, Literatura e Redação da rede particular de Educação Básica de Uberlândia.

Contato: arlenerosae@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0721-3634>